



Ata da 19ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 1º Período da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, realizada no dia 15 de junho de 2021.

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, **sob a Presidência do Vereador Brás Zagotto**, realizou-se, com início às quatorze horas e quarenta e três minutos, a Décima Nona Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Primeiro Período da Primeira Sessão Legislativa da Nona Legislatura. Conforme o registro de chamada, não foram constatadas ausências. / A seguir, a pedido do Vereador Leonardo Pinheiro Dutra, foi observado um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Anderson Bazoni, morador de Soturno. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Delandi Pereira Macedo fez a leitura da passagem bíblica. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 3334, 3335, 3336, 3337, 3338, 3339, 3340, 3341 e 3342/2021 – Adriano Pereira Verediano; 3230, 3231, 3232, 3233, 3254, 3255, 3256, 3257, 3258, 3259, 3261, 3265, 3266, 3267, 3357 e 3358/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 3268, 3269, 3270, 3271, 3296, 3298, 3299 e 3300/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 3279, 3280, 3281, 3290 e 3291/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 3349, 3350, 3352, 3353, 3354, 3355 e 3356/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 3286, 3328, 3330, 3331, 3332, 3333, 3343, 3344, 3345, 3346, 3347, 3348 e 3351/2021 – Brás Zagotto; 3292, 3293, 3294, 3295 e 3301/2021 – Diogo Pereira Lube; 3288 e 3297/2021 – Ely Escarpini; 3242, 3243, 3244, 3245, 3246, 3247, 3248, 3249, 3250, 3251, 3252, 3253, 3273, 3274, 3275, 3276, 3277, 3278 e 3282/2021 – Evandro Miranda; 3305, 3308, 3309, 3311, 3313, 3314, 3315, 3316, 3317, 3318, 3319, 3320, 3321, 3322, 3323, 3324, 3325, 3326, 3327 e 3329/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 3287, 3289, 3386, 3387, 3388 e 3389/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 3260/2021 – Paulo Grola; 3283, 3284 e 3285/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 3359, 3360, 3361, 3362, 3363, 3364, 3365 e 3366/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; 3262, 3263, 3302, 3303, 3304, 3306, 3307, 3310 e 3312/2021 – Sebastião Ary Corrêa; 3225, 3226, 3227, 3228, 3229, 3234, 3235 e 3236/2021 – Sílvio Coelho Neto. **Requerimentos:** *Pedidos de Informação:* 87/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; 91 e 92/2021 – Evandro Miranda; *Votos de Congratulação:* 154, 155, 156, 157, 158 e 159/2021 – Delandi Pereira Macedo; 150, 151 e 153/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 152/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; *Votos de Pesar:* 70 e 78/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 74 e 75/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 72/2021 – Brás Zagotto; 80 e 81/2021 – Delandi Pereira Macedo; 71 e 79/2021 – Evandro Miranda; 85/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 76 e 77/2021 – Paulo Sérgio de Almeida. **Projetos de Decreto Legislativo:** 116 e 117/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 114 e 115/2021 – Evandro Miranda. **Projeto de Lei:** 55/2021 – Leonardo Cleiton Camargo. / **Alexandre Andreza Macedo, levantando questão de ordem:** — Em respeito ao saudoso Vereador Silvinho, solicita a retirada da Indicação 3255/2021, visto tratar-se de um pedido para o Distrito de Conduru. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do vereador. / Na sequência, passou-se ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Brás Zagotto:** — Agradece à família, aos amigos e aos assessores do saudoso Vereador Sílvio Coelho Neto pela presença na sessão. Lembra que, no dia 05/05, a Câmara recebeu o primeiro atestado médico do Vereador Silvinho, e foram várias idas e vindas para o hospital, e todos acreditavam que o colega ficaria bem; porém, infelizmente, no dia 04/06, a Câmara, o Município e principalmente o Distrito de Conduru choraram pelo falecimento do Vereador Silvinho. Conta que, quando o corpo do colega passou pela região do KM 09 até chegar a Conduru, havia muitas pessoas na rodovia para lhe

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



prestar a última homenagem. Diz ter certeza de que o Silvinho está no céu olhando pelo Município e por todos de Cachoeiro. Menciona que o Silvinho era um vereador dinâmico e brigava por sua comunidade, inclusive fala da luta do colega para que a ponte da Usina São Miguel fosse feita, mas, infelizmente, ele não a viu pronta. Informa que, em nome de toda a Câmara, será prestada uma homenagem ao amigo e Vereador Silvinho. / Em seguida, foi feita uma apresentação de vídeos em homenagem ao Vereador Sílvio Coelho Neto. / **Brás Zagotto:** — Pede a Deus que abençoe a todos e passa a palavra ao Sr. Marcos Coelho, irmão do Vereador Silvinho. / **Marcos Salles Coelho:** — Cumprimenta a todos e diz que este é um momento muito triste. Agradece àqueles que estiveram em Conduru em 04/06 e ressalta que esse foi o dia mais triste vivido por sua família. Também agradece aos vereadores por esta homenagem. Lembra que foi vereador por três mandatos e teve o privilégio de ser presidente da Câmara Municipal. Frisa que é preciso haver união para que Cachoeiro seja um Município melhor. Salienta que o Legislativo é o maior Poder que existe e deve trabalhar em união e parceria com os demais. / **Leonardo Cleiton Camargo (Presidente em exercício):** — Comunica que o Vereador Allan Ferreira cedeu seu tempo de cinco minutos para o Sr. Dilson Júnior usar a tribuna, representando os ex-funcionários da Viação Itapemirim. / **Dilson Dias Pimenta Júnior:** — Cumprimenta a todos e agradece ao Vereador Allan pela cessão do tempo. Relata que os ex-funcionários da Viação Itapemirim estão passando por dificuldades, porque não conseguem receber seus direitos trabalhistas. Deixa claro que, enquanto a empresa estava sendo dirigida pelo Sr. Camilo Cola, que faleceu recentemente, tudo caminhava bem. Porém, diz que, infelizmente, a empresa foi entregue a alguns empresários que não cumprem seus compromissos. Registra que, em 2016, a empresa entrou em recuperação judicial e foram demitidos mais de três mil funcionários em todo o Brasil, sendo quatrocentos só em Cachoeiro, os quais deram entrada em ações trabalhistas na justiça. Ressalta que está havendo uma grande omissão por parte do Ministério Público e do Ministério do Trabalho, pois esses órgãos não dão respostas aos ex-funcionários, quando deveriam defendê-los. Acrescenta que o sindicato que representa esses trabalhadores também é fraco. Conta que o passivo da empresa está sendo vendido por milhões de reais, mas ninguém faz o acerto com os trabalhadores. Destaca que os empresários estão usando a pandemia para não pagarem os direitos dos ex-funcionários, mas abriram uma empresa aérea. Salienta que os ex-funcionários da Itapemirim buscaram a Câmara Municipal e, depois, vão à Assembleia Legislativa e ao Planalto, em Brasília, atrás de ajuda para tentar resolver essa questão. Pede à imprensa que divulgue essa situação e que preserve a imagem do fundador da empresa, Sr. Camilo Cola, pois ele era uma pessoa justa e sempre honrou os compromissos com os funcionários da Viação Itapemirim. Diz acreditar que, a partir de hoje, as notícias vão fluir e os ex-funcionários conseguirão receber seus direitos trabalhistas. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Deixa claro que a Câmara está a favor da população, que vem sofrendo desde 2017, com a greve da Polícia Militar, com a enchente, com a pandemia e, agora, com a cobrança de um valor absurdo de IPTU. Salienta que o poder público municipal investiu muito dinheiro nesse recadastramento, o qual, a seu ver, foi uma farsa, pois não atingiu todos os moradores de Cachoeiro. Informa que, com o apoio de alguns vereadores, propôs a criação de uma CEI para apurar o pagamento que a Prefeitura fez, de 11 milhões de reais, à empresa responsável pelo recadastramento imobiliário. Frisa que a Câmara é um órgão fiscalizador e que a CEI é importante, pois, assim, a administração terá que apresentar todos os documentos, o que não ocorrerá em audiência pública. Comenta que, quando sugeriu a criação da CEI, seu objetivo não era chamar a atenção nem fazer politicagem, e sim buscar transparência quanto ao recadastramento feito em Cachoeiro. Afirma que está na Câmara para representar toda a população de Cachoeiro de Itapemirim. Ressalta que o objetivo da criação da CEI é mostrar onde foi gasto o dinheiro público e também a verdadeira face do IPTU de Cachoeiro. / **Aparteando José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Faz uma retratação perante



o Vereador Ary, pois reconhece que foi injusto com o colega em uma conversa que tiveram antes da sessão. Pede desculpas ao colega pela injustiça que cometeu. Diz que, se os vereadores entenderem que a CEI é o melhor caminho para que a independência da Câmara prevaleça e o povo seja beneficiado, o colega Ary poderá contar com o seu apoio. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Agradece ao Vereador Juninho. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Menciona que a Câmara está entrando na terceira semana de luta em defesa do povo cachoeirense, diante do aumento abusivo do IPTU. Inclusive parabeniza a Câmara por já ter dado passos significativos nessa batalha. Lembra que, na campanha do ano passado, o prefeito foi cobrado pela Sra. Zélia a respeito de melhorias que precisavam ser feitas na comunidade dela. Cita o seguinte trecho da resposta dada pelo prefeito a essa senhora: “Eu não sou mágico nem salvador da Pátria. Temos poucos recursos, e o Município enfrentou vários problemas, como ter apenas uma pequena parte do maquinário da Prefeitura funcionando, a greve da polícia, a enchente, a greve dos caminhoneiros, a recessão econômica, a maior enchente da história de Cachoeiro e a pandemia mundial, sendo estimada uma queda de 80 milhões de reais na receita do Município. Então, a senhora quer que a gente faça o quê?” Entretanto, frisa que a sociedade cachoeirense também passou por todas essas problemáticas e, agora, ainda está recebendo a cobrança de IPTU que, em alguns casos, teve um aumento de mais de 1500%. Pergunta ao prefeito de onde o povo vai tirar dinheiro para pagar esse imposto. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Analisa que o Município não passou por nenhuma dificuldade, já que pagou 11 milhões de reais para uma empresa fazer o recadastramento imobiliário. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Salieta que 11 milhões de reais resolveriam muitos problemas do Município, mas tal valor foi utilizado para saquear a população com um aumento exorbitante de IPTU. Informa que, até sexta-feira, o Poder Executivo definirá sobre o aumento do IPTU, inclusive diz esperar que esse problema seja solucionado definitivamente. / **Diogo Pereira Lube:** — Comunica que, na próxima sexta-feira, às 14:00 horas, a Câmara vai sediar uma audiência pública para tratar do aumento do IPTU, da qual vão participar os vereadores e representantes do Ministério Público, da OAB, das Secretarias de Fazenda e de Obras, da CDL, da ACISCI e da imprensa. Ressalta que é papel do vereador convocar audiência pública para esclarecer assuntos pertinentes ao Município. Informa que essa audiência vai ser transmitida pelo YouTube, inclusive com a disponibilização do chat para que as pessoas possam participar, já que os decretos, que versam sobre as medidas sanitárias durante a pandemia, serão seguidos; portanto, não haverá participação presencial do público. Lembra que, quando da vinda do Secretário Márcio Guedes à Câmara, solicitou que fosse disponibilizada toda a documentação referente ao recadastramento imobiliário, serviço esse que muitos acreditam que não foi realizado em Cachoeiro. Enfatiza que a Câmara também pode pedir uma auditoria no serviço de recadastramento. Comenta que, até sexta-feira, o Executivo vai dar uma resposta de como proceder quanto ao IPTU. Registra que o Presidente Brás e outros vereadores foram ao Tribunal de Contas e fizeram um pedido on-line para buscar saber quais procedimentos podem ser adotados com relação ao aumento do IPTU em Cachoeiro. Alerta que somente o Poder Executivo pode resolver o problema do aumento do IPTU, cabendo à Câmara apenas investigar e fiscalizar os fatos. Frisa que os vereadores não podem fazer com que o valor do IPTU seja reduzido nem aprovar o aumento desse imposto. Salieta que estão ocorrendo muitos atos políticos em Cachoeiro e que há colegas “jogando para a galera”, mas deixa claro que não existe na Câmara nenhum salvador da Pátria. Avisa que, até agora, todas as pessoas que pediram revisão do IPTU conseguiram ter os valores revistos pela Prefeitura, porque a administração realmente tinha errado. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Explica que solicitou a abertura de uma CEI, porque quer saber do dinheiro do contribuinte que foi usado para pagar a empresa que fez o recadastramento. / **Diogo Pereira Lube:** — Diz que o procedimento legal é que os vereadores solicitem uma auditoria do recadastramento,



pois, conforme os atos legislativos, são necessários documentos para mostrar se uma coisa está certa ou errada. Conta que ele e outros colegas fizeram pedidos de informação à Prefeitura sobre o recadastramento e que a administração tem trinta dias para dar as respostas. Informa que, hoje, será votado o projeto que cria uma comissão para apurar o aumento do IPTU, inclusive enfatiza que deseja fazer parte dela. Destaca que essa comissão vai analisar os documentos enviados pela Prefeitura e fazer uma audiência pública. Menciona que, se os vereadores não conseguirem obter uma resposta, aí sim deverá ser aberta uma CEI. Concorda com o colega Ary de que 11 milhões de reais é muito dinheiro e que os vereadores precisam saber onde foi gasto esse valor, pois o povo não pode ser lesado. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Lembra que disse, na reunião entre os vereadores e os representantes da sociedade civil, que a Câmara não tinha muito que fazer sobre o aumento do IPTU e que os edis deveriam orientar os munícipes a pedir a revisão do valor cobrado. Solicita ao Poder Executivo que informe se quem agendou o atendimento na Secretaria de Fazenda para depois do vencimento da primeira cota do IPTU, que é em 15/07, vai conseguir manter os descontos de 10% para este ano e de 20% para o próximo. Agradece à Secretária de Meio Ambiente, a Luana, e à excelente equipe da Empresa Corpus pela limpeza dos córregos do perímetro urbano de Soturno e de Gironda. Informa que, ontem, ele e o Vereador Paulo Grola participaram de uma reunião em Vitória com o Deputado Ted Conti e com o Presidente do DER, o Maretto, para tratarem da construção de uma caixa de brita na curva da morte, na serra de Soturno, e da pavimentação da estrada de Bom Jardim, que liga Gironda à Fábrica de Cimento Nassau. / **Adriano Pereira Verediano:** — Confirma o seu compromisso de lutar pela sociedade cachoeirense e fala dos grandes transtornos que o aumento do IPTU trouxe para os munícipes. Registra que conversou com alguns procuradores, inclusive os da Câmara, e tomou a decisão de que, depois de serem seguidos todos os trâmites, se for preciso, assinará o projeto do Vereador Ary que visa criar uma CEI. Menciona que, se houve erro, é preciso dar o direito de defesa. Diz que, na sexta-feira, o prefeito dará uma resposta sobre esse aumento de IPTU e espera que ela seja satisfatória para a população. Informa que será feita uma audiência pública na Câmara, da qual vão participar representantes de toda a sociedade civil organizada, e frisa que a população deverá ser ouvida, pois é inadmissível que ela só pague a conta. / **Arildo Tomaz Bucker:** — Pede ao Prefeito Victor Coelho que revogue o aumento do IPTU, pois, a seu ver, essa é a única saída, já que o povo não vai conseguir pagar a conta. Também acha que é preciso ter sensatez neste momento; por isso, solicita aos vereadores que esperem até sexta-feira para saberem qual atitude o prefeito vai tomar. Reclama que, desde 10/02/2021, solicitou à Secretária Luana a limpeza do córrego de Itaoca, mas até hoje o seu pedido não foi atendido. Informa que as chuvas vão começar novamente e vão causar inundações em Itaoca, no Bairro Nova Brasília e em outras regiões. Diz que os vereadores, o prefeito e os secretários devem se alinhar para que a população seja beneficiada. Registra a sua felicidade, porque alguns vereadores foram atendidos pela Secretaria de Meio Ambiente, com a limpeza de córregos, mas repete que ainda não houve o atendimento de sua comunidade. Solicita à Prefeitura que as indicações sejam atendidas, seguindo a ordem de protocolo. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Deixa claro que sugeriu a abertura de uma CEI, porque quer informação sobre o dinheiro que foi gasto com esse recadastramento, inclusive muitos têm dúvidas quanto à realização desse serviço. / **Arildo Tomaz Bucker:** — Volta a dizer que o melhor a ser feito é o prefeito revogar o aumento de IPTU. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Lembra que, em 2019, foram iniciadas obras no Bairro Gilson Carone, que contemplavam mais de vinte ruas com drenagem, pavimentação e a construção de muros e de escadarias; porém, em julho de 2020, a empreiteira parou o trabalho naquela comunidade. Menciona que, em agosto ou setembro de 2020, faltando pouco tempo para as eleições, a empreiteira retomou o serviço, fazendo lá alguns paliativos; entretanto, passadas as eleições, as obras foram abandonadas novamente e



continuam assim até hoje. Relata que, este ano, a Prefeitura fez a pavimentação asfáltica do Loteamento Áurea Bispo Depes, inclusive cita que a placa da obra informa que o valor gasto foi de 1 milhão e 400 mil reais, mas houve aditivos, e passou para 2 milhões de reais. Pergunta se algum vereador tem noção de quantas casas há naquele loteamento. / **Aparteando Marcelo Fávero de Oliveira:** — Responde que, na região em frente ao Aloisio's Restaurante, há um grande número de casas, mas a parte de cima do loteamento é desabitada. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Comenta que, na parte inferior do loteamento, era preciso fazer a pavimentação, pois, quando chovia, a Avenida Mauro Miranda Madureira ficava cheia de lama; porém, na parte superior, não há nenhuma casa e, mesmo assim, todas as ruas foram asfaltadas. Indaga por que as obras do Bairro Gilson Carone continuam paradas e as ruas da parte superior daquele loteamento, onde não mora ninguém, foram asfaltadas. Salienta que, acompanhado do Presidente da Associação de Moradores do Bairro Gilson Carone, procurou o Secretário Desil para falar sobre as obras daquela comunidade. Conta que, em fevereiro, o secretário disse que aquelas obras seriam feitas, mesmo que fossem com recursos próprios da Prefeitura, ou, então, ele informaria à comunidade, caso não fosse possível realizá-las. Pede à Prefeitura que finalize aquelas obras, e não que faça paliativos lá. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que havia um TAC, assinado entre a Prefeitura, o Ministério Público e o Carlinhos Depes, que é o dono do Loteamento Áurea Bispo Depes, para a realização das obras naquele local devido à lama que descia para a Avenida Mauro Miranda Madureira. Inclusive menciona que o Carlinhos Depes cedeu, em contrapartida, uma área de dois mil e oitocentos metros quadrados, atrás do Clube Acqua Center, para a construção de uma escola com vistas a atender os moradores do Residencial Otílio Roncete. Lembra que houve um acidente em frente ao Aloisio's Restaurante, e um rapaz morreu afogado em um córrego, com sessenta centímetros de água, porque ficou preso no caminhão que tombou por causa da lama. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Agradece ao presidente pelo aparte. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Enfatiza que é contra o aumento absurdo do IPTU, o qual a população não terá condições de pagar. Informa que o Poder Executivo vai dar uma resposta até sexta-feira sobre a revogação ou não do aumento desse imposto, e espera que ela seja positiva para a população. Registra o seu apoio ao Vereador Ary Corrêa para que seja apurado como uma empresa, com apenas dois anos, tornou-se milionária fazendo o serviço de cadastramento. Diz que quer ter informações de como foram gastos 10 milhões e 600 mil reais. Fala sobre a reunião, na quinta-feira, com o TCE-ES para buscar explicações sobre esse aumento do IPTU. Frisa que sempre estará ao lado da população e que todos os trâmites serão seguidos pela Câmara. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Deixa registrado que vai pedir ao pessoal do seu gabinete para confirmar se haverá mesmo a reunião no Tribunal de Contas na quinta-feira e o horário dela e repassar isso a todos os vereadores. / **Delandi Pereira Macedo:** — Diz que o tema IPTU está causando agonia a todos. Enfatiza que é contra esse aumento exacerbado do IPTU, que chegou a 1000%, o qual considera inadmissível para o momento de grande dificuldade financeira que todo o mundo está vivendo. Menciona que os vereadores devem buscar informações, averiguar o que está acontecendo e saber onde foram aplicados os recursos públicos. Afirmo que o Vereador Ary está corretíssimo em querer saber sobre o gasto do dinheiro público; porém, ressalta que, primeiro, a Câmara precisa esgotar todas as alternativas de averiguação. Comenta que o Vereador Diogo Lube lhe disse que já fez uma solicitação documental à Prefeitura relacionada ao contrato assinado com a empresa que realizou o cadastramento. Frisa que os vereadores também precisam saber como o IPTU é calculado, pois, a seu ver, é um absurdo um cadastrador entrar na casa de um cidadão para verificar se foram feitas melhorias, as quais vão gerar um valor maior desse imposto no ano seguinte. Salienta que os vereadores precisam corrigir os critérios para o cálculo do valor do IPTU, pois parece que o pobre não pode melhorar a própria casa, já que, se fizer isso, tal imposto será aumentado. Segue



destacando que a Prefeitura faz rapidamente os reparos nas vias de bairros nobres, enquanto que nos bairros mais pobres o serviço demora a ser realizado. Avalia que cabe ao prefeito buscar, junto ao Tribunal de Contas, um melhor caminho para essa questão do aumento de IPTU. Informa que gostaria de fazer parte da comissão que será criada na Câmara para ir até o Tribunal de Contas, a fim de buscar uma solução para esse problema do IPTU. Reclama do preço do gás de cozinha e da gasolina, que disparou nesta pandemia. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Diz duvidar que os recadastradores da empresa tenham entrado em alguma casa em Cachoeiro. Concorde com o Vereador Delandi de que é preciso mudar a forma de calcular o IPTU. / **Delandi Pereira Macedo:** — Pergunta se a Secretaria de Obras está fazendo alguma obra no Município. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Responde que a Secretaria de Obras está fazendo apenas projetos. Diz que foram lidas inúmeras indicações para a pavimentação de ruas no Bairro Vila Rica. / **Delandi Pereira Macedo:** — Registra que será colocado revsol nas ruas daquele bairro. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Menciona que o povo quer obras definitivas, e não serviços paliativos. / **Delandi Pereira Macedo:** — Agradece ao Vereador Brás pelos apertes. / Prosseguindo, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Informa que apresentou seu primeiro projeto de lei na Câmara, o qual dispõe sobre o selo empregador social, que visa a concessão de crédito tributário na alíquota de ISS para empresas que aderirem ao programa de inserção de pessoas com transtornos mentais. Lembra que o Presidente Brás se libertou do alcoolismo, mas muitos, infelizmente, não conseguem sair do vício. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que tem trinta anos de sobriedade. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Parabeniza o presidente pela conquista. Registra que há tratamento em Cachoeiro para o alcoolismo e para as drogas e sabe que é difícil para essas pessoas ingressarem no mercado de trabalho. Então, diz contar com o apoio dos colegas para a aprovação desse projeto. Convida o amigo Lincoln para falar um pouco sobre esse trabalho de resgate que vem fazendo em Cachoeiro e o que isso pode representar para a comunidade. / **Lincoln Carlos Macedo Gomes:** — Informa que, atualmente, está coordenando o CAPS-II, que lida com transtorno mental grave e persistente. Registra que esse CAPS é de gestão do Estado, mas que no Município há o CAPS-AD Álcool e Drogas. Ressalta que a Câmara tem condição de ser pioneira nesse projeto importante, que visa incluir esses usuários no mercado de trabalho, já que eles carregam o estigma de limitações em relação às suas capacidades. Destaca que a Constituição Federal, em seus artigos 5º e 6º, garante direitos individuais e sociais a todo e qualquer brasileiro, independente de sua condição física, mental e intelectual; porém, é sabido que esse público tem limitações e, assim, cabe defender essa legislação. Lembra que, em 2015, foi sancionada a lei federal do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que também inclui quem tem transtorno mental e lhes garante o direito de acesso ao trabalho. / **Fabiana Batista Ferreira:** — Diz que é assistente social do CAPS-II e que esse público tem sido discriminado durante décadas, pois o transtorno mental, muitas vezes, carrega um estigma pesado, o qual coloca esses indivíduos como incapazes e improváveis para o mercado de trabalho. Destaca que muitas famílias vivem em situação de vulnerabilidade social e dependem de benefícios, que são apenas paliativos; portanto, é preciso dar a esses indivíduos condições de serem inseridos no mercado de trabalho. Então, ressalta que esse projeto de lei traz uma grande esperança de inserir os usuários do CAPS no mercado de trabalho para que eles tenham autonomia de comprar o próprio pão e também complementar a renda de suas famílias. Frisa que inserir esse público no mercado de trabalho é também fazer com que a economia gire, sem contar que isso fará diferença para suas famílias e dará autoestima a esses usuários para que tenham responsabilidade com o tratamento contínuo que é oferecido pelos CAPS I e II de Cachoeiro. Acrescenta ainda que isso dará às famílias um olhar diferenciado, quebrando paradigmas e estigmas de que eles são



incapazes de produzir e de vender seus trabalhos e que estão à margem da sociedade. Assim, comenta que cabe aos vereadores analisarem esse projeto com carinho, olhando de forma diferenciada para essa população tão discriminada. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Pede aos colegas vereadores que leiam esse projeto, que será de grande valia para Cachoeiro de Itapemirim. Menciona que tem muitos amigos que vivem no mundo das drogas e do alcoolismo e tentam se libertar, mas, infelizmente, não têm incentivos. Então, diz que eles poderão fazer o tratamento no CAPS e, depois, colocarem seus nomes no mercado de trabalho. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Frisa que o recadastramento deixou todos os vereadores surpresos, já que o valor cobrado de alguns contribuintes é um verdadeiro absurdo, com aumento de 100% a 1000%. Menciona que o que não seria surpresa é a Planta Genérica, visto que a mudança está prevista para 2022, o que fez os vereadores acreditarem que em 2021 não haveria nenhum aumento, por ser o segundo ano de pandemia, com comércios fechando e pessoas perdendo seus empregos. Lembra que foi dito que há dezenove anos não havia reajuste; entretanto, ressalta que esse é um problema lá de trás e que é preciso contar de 2017 para cá, até porque tudo prescreve com cinco anos. Pergunta por que o IPTU não prescreveu, e sim foi retroagido a 2002. Indaga se o Tribunal de Contas tem todo esse poder em cima do Município. Informa que o direito penal retroage, mas para beneficiar o réu; então, avalia que o direito tributário retroagiu para ferrar a população. Menciona que, em seu ponto de vista, o que passou de cinco anos já prescreveu e, portanto, não tem mais fundamento jurídico que o sustente. Deixa claro que os vereadores achavam que o aumento da Planta Genérica em 2022 seria vinculado à regularização fundiária. Inclusive comenta que a Planta Genérica e a regularização fundiária não têm a obrigatoriedade de sofrerem aumento. Conta que, em Sooretama, fizeram o projeto da Planta Genérica e da regularização fundiária rural e urbana e não houve nenhum ônus para os municípios; então, registra que uma coisa não é vinculada à outra, embora muitos estejam usando isso politicamente e dizendo que, no ano que vem, poderá haver aumento. Diz não acreditar que, depois desse erro crasso de agora, a administração terá coragem de aumentar alguma coisa em 2022. Salaria que a taxa de lixo é um marco regulatório do saneamento básico, Lei Federal 14.026, que foi regulamentada nos Municípios brasileiros para definir os valores e a forma de ser cobrada. Diz que votou contra essa taxa, porque, a seu ver, faltavam critérios e equidade, já que nem todos fabricam a mesma quantidade de lixo. Cita, como exemplo, que um grande supermercado vai pagar a mesma taxa de uma barbearia. / **Aparteando Leonardo Pinheiro Dutra:** — Acrescenta ao discurso do colega que quem não produz lixo nenhum, como um terreno vazio, também não deveria receber a cobrança dessa taxa. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Pergunta o que dá sustentação jurídica à lei para que seja cobrada taxa de lixo de um terreno baldio. Inclusive destaca que a Prefeitura não pode limpar terreno particular, embora também nunca tenha visto ninguém ser multado por deixar o terreno sujo. Questiona por que cobrar dos terrenos baldios e de garagens. Salaria que há coisas com as quais não concordou e, por isso, votou contra o projeto, apesar de saber que se trata de lei federal que os Municípios terão que cumprir. Comenta que há muita coisa errada quanto à Planta Genérica, recadastramento e taxa de lixo, o que precisa ser acertado. Diz esperar que a regulamentação fundiária aconteça o mais rápido possível, pois muitos cachoeirenses querem a escritura de seus imóveis, mas a burocracia não deixa, além de esse processo ser muito caro. / **Brás Zagotto:** — Também se posiciona contra esse aumento altíssimo de IPTU em Cachoeiro. Lembra que, quando saiu da reunião com os vereadores, na segunda-feira da semana passada, foi conversar com o prefeito e percebeu que nem ele sabia que o impacto desse recadastramento seria tão grande. Registra que os vereadores fizeram um documento, solicitando ao prefeito a revogação do recadastramento e que seja cobrado o IPTU da forma que consta no projeto da Planta Genérica, que foi aprovado no ano passado, o qual diz que serão 50% a partir de 2022, 75% em 2023, 85%



em 2024 e 100% em 2025. Informa que, no ano que vem, os valores vão aumentar por conta da Planta Genérica. Ressalta que o prefeito pediu aos vereadores que aguardassem até sexta-feira, pois ia decidir qual medida tomaria. Menciona que Cachoeiro tinha setenta e sete mil imóveis cadastrados e, com o novo recadastramento, chegou a cento e três mil quinhentos e setenta e nove, aumentando mais de vinte e seis mil. Então, sugere que o prefeito continue cobrando o mesmo valor de IPTU de 2020 de quem já estava cadastrado e faça a cobrança agora dos novos imóveis mais a taxa de lixo, aprovada conforme lei federal, o que poderia justificar para o Tribunal de Contas esse gasto do Município. Comenta que o Vereador Ary Corrêa está pronto para abrir uma CEI e investigar onde foi gasto esse dinheiro. Salienta que o prefeito também poderia retirar a cobrança da taxa de lixo das garagens e dos terrenos baldios, que não geram lixo nenhum. Repete que, assim, o prefeito poderia justificar o dinheiro gasto e, em 2022, colocar em prática a lei aprovada na Câmara. Avalia que isso deixaria o povo satisfeito, pois, no ano que vem, o valor subiria gradativamente até chegar aos 100% em 2025, e também atenderia ao Tribunal de Contas. Comenta que um morador do Bairro Vila Rica pagava 1 mil e 800 reais de IPTU e, agora, subiu para 7 mil reais. Analisa que o cidadão vai pagar aluguel à Prefeitura e, assim, muita gente vai querer vender suas casas. Diz que possui uma casa, com duas garagens, no centro de Marataízes e que pagou 570 reais de IPTU lá, enquanto que, se fosse o mesmo imóvel em Cachoeiro, teria que pagar de 2 mil a 3 mil reais de imposto. Frisa que, apesar de serem Poderes independentes, os vereadores devem conversar com o prefeito para tentar chegar a um denominador comum em prol da sociedade cachoeirense. / **Aparteando Ely Escarpini:** — Diz esperar que o prefeito ouça o conselho do Vereador Brás, já que os conselheiros dele não são de Cachoeiro nem são políticos, e sim técnicos. Enfatiza que os vereadores são políticos e precisam de votos. Então, ressalta que, se os vereadores não conseguirem reverter esse quadro, com certeza todos terão dificuldades na próxima eleição. / **Brás Zagotto:** — Esclarece que não se trata de conselho, e sim de lógica. Pergunta ao Vereador Paulinho, que trabalha há mais de trinta anos na área de IPTU da Prefeitura de Cachoeiro, como as pessoas estão reagindo com relação ao novo valor desse imposto. / **Aparteando Paulo Sérgio de Almeida** — Responde que chegam lá muitas reclamações, pois o povo está desesperado. Diz que, se Deus quiser, através do diálogo, vão conseguir reverter essa situação junto ao Executivo. / **Aparteando Marcelo Fávero de Oliveira:** — Parabêniza o Vereador Brás pela reflexão sensata. Classifica essa equipe técnica que veio de Vitória como psicopata, alienígena e de outro planeta. Diz que a Câmara já aprovou o que seria satisfatório para a contratação da empresa, para o Tribunal de Contas e para a população, embora saiba que ainda teriam muitos abacaxis para descascarem. / **Brás Zagotto:** — Registra que ele e os colegas Marcelinho, Gelinho, Sandro Irmão, Léo Camargo e Ary Corrêa estiveram no Tribunal de Contas, onde protocolaram um documento, assinado por todos os vereadores e por representantes da OAB, ACISCI, CDL, Maçonaria, Lions e FAMMOPOCI. Então, diz ter certeza absoluta de que todos, juntos, vão conseguir que seja acertada essa situação. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Considera esse aumento de IPTU uma vergonha. Lembra que a população elegeu o prefeito com cinquenta e dois mil votos, mas, logo em seguida, levou uma apunhalada pelas costas, com esse aumento exagerado de IPTU. Pergunta por que o Poder Executivo pagou à empresa, se não houve o recadastramento em Cachoeiro; por isso, quer saber onde foram parar os 11 milhões de reais do Município. Registra que o poder público colocou esse dinheiro nas mãos de uma empresa que foi criada ontem. Frisa que o povo precisa de uma resposta verdadeira, e não de vaselina, até porque o prefeito não esperou para dar esse “tapa na cara” dos munícipes cachoeirenses. Reconhece que nem todos os secretários são iguais, tanto é que o Cláudio tramita bem entre os vereadores, mas o restante desses estrangeiros está a cavaleiro, já que na cidade deles não houve aumento de IPTU, sem contar que eles têm carro, gasolina e motorista à vontade; por isso, só querem saber dessa arrecadação absurda



e imoral. Informa que mora em um bairro pobre, onde não há Planta Genérica, e sim esgoto a céu aberto e ruas sem calçar. Salienta que o Poder Executivo ainda perguntou ao Vereador Brás se ele queria que colocassem revsol em seu bairro. Então, avisa que, se colocarem, vai denunciar, porque vereador não foi eleito para negociar nada. Ressalta que a Prefeitura não é do prefeito nem de secretário, já que, ao findar o mandato, todos irão embora; portanto, ela é do povo de Cachoeiro, que está clamando por justiça para não pagar esse valor absurdo de IPTU. Salienta que o prefeito mandou uma “letra”, através de seu líder, dizendo que quer revisar pessoalmente o IPTU. Indaga se o chefe do Executivo não estava sabendo disso, mas, mesmo assim, deixou a população levar cacetada. Avalia que esse é mais um motivo para chamar o prefeito de omissivo, já que ele deveria ter conhecimento de tudo o que acontece dentro da Prefeitura. Diz que tudo bem o prefeito ter assumido a AMUNES, mas ele precisa estar em Cachoeiro. Deixa claro que não vai mudar o ritmo de sua fala, pois ela representa as pessoas que estão desempregadas e não têm comida dentro de suas casas. Enfatiza que o político que tentar passar vaselina ou um pano nessa imoralidade e falta de respeito para com os munícipes cachoeirenses não merece estar na Câmara. Comunica que distribuiu cópia de todos os documentos, inclusive dessa empresa nova, a cinco colegas policiais, pois, se lhe acontecer alguma coisa, eles terão o que mostrar à justiça. Registra que, ontem, deu uma entrevista ao Jackson Rangel, que lhe perguntou se os vereadores iam assinar esse pedido de CEI, ao que respondeu que a Câmara tinha mudado e que os dezenove edis sentiam sede de ajudar a população, a qual vem sofrendo há décadas. Lembra que o Presidente Brás disse que não foi feito esse recadastramento em Cachoeiro e que o Vereador Paulinho Careca destacou que isso não deve ter ocorrido mesmo, razão pela qual quer saber no bolso de quem estão esses 11 milhões de reais. Analisa que, se não houve o recadastramento, a empresa não trabalhou e, por isso, não tinha que receber nada. Reflete que, se o prefeito jogasse esses 11 milhões de reais no IPTU, poderia isentar muitas famílias carentes e até as pessoas que levaram prejuízo, já que tiveram que ficar com seus comércios de portas fechadas nesta pandemia. Considera quarenta e cinco pessoas um número pequeno para fazer o recadastramento numa cidade que tem mais de oitenta bairros. Pergunta se essas pessoas estavam preparadas para fazer esse trabalho. Comenta que, nesta pandemia, ninguém entrou na casa de ninguém; então, questiona como sabem que foi trocado o piso ou o teto. Diz que Cachoeiro precisa tomar um rumo e colocar pessoas honestas para trabalhar, e não um monte de secretários vindos de fora, que não conhecem a topografia do Município e ainda apresentam esse aumento absurdo de IPTU e mais uma taxa de lixo sem-vergonha, que vem para roubar o povo. Classifica o estacionamento rotativo também de sem-vergonha, pois rouba da população, cobrando um valor absurdo e multando quem não paga. Diante de tudo isso, menciona que Cachoeiro virou a cidade das taxas. Salienta que a comissão de inquérito não vai atropelar nada e que está na hora de os vereadores descobrirem o que essa empresa fez em Cachoeiro para receber 11 milhões de reais. Concorde com o Vereador Diogo Lube de que é preciso fazer várias reuniões, mas acha que a melhor forma de defesa é o ataque. Ressalta que a comissão especial de inquérito poderá dar uma satisfação ao povo de Cachoeiro, que vem sofrendo sem dinheiro, sem emprego, sem alimento, sem remédio e sem atendimento médico, e, mesmo assim, a Prefeitura pagou 11 milhões de reais a uma empresa que foi criada ontem para ela fazer um recadastramento que não aconteceu, conforme disseram o presidente da Câmara e o Vereador Paulinho Careca. Frisa que isso é, no mínimo, roubo. Deixa claro que pagar 11 milhões de reais a uma empresa que não fez nada é menosprezar a inteligência da população e dos vereadores. Lembra que, quando o secretário esteve na Câmara, a quem classifica como homem de gelo, visto que não mexeu sequer uma sobancelha, ele, Ary, disse que não queria ouvir mais nada, já que todas as respostas dadas foram iguais e robotizadas. Destaca que, enquanto o povo estava na porta reivindicando seu direito, o secretário repetia na Câmara que não houve nenhum aumento. Enfatiza que não se elegeu para fazer oposição,

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



mas não vai deixar o povo sofrer com essas aberrações que estão acontecendo em Cachoeiro, que são vergonhosas para os vereadores. Informa que pediu votos à população, prometeu cuidar dela e é isso o que vai fazer. / **Diogo Pereira Lube:** — Diz que parece que a questão do IPTU substituiu o tema pandemia; entretanto, alerta que não se pode esquecer que a população precisa ser vacinada para que a economia, o comércio, as escolas e tudo voltem ao normal. Deixa claro que discorda do decreto do governador do Estado determinando que as escolas retornem às aulas no dia 21, mesmo em Município que estiver em risco alto. Registra que o grande problema das escolas públicas é que não há internet como bem público e, assim, os alunos têm dificuldades para assistirem às aulas no modelo híbrido. Diante disso, avalia que os procedimentos que envolvem a educação ainda estão muito confusos. Lembra que não existe transporte para alguns lugares e que foram mudados determinados horários, inclusive os de Vans, razão pela qual pergunta como as crianças vão voltar para as escolas. Concorda com o Vereador Ary Corrêa de que Cachoeiro virou a cidade das taxas e das multas, já que a pessoa é multada se estiver sem máscara e se deixar o carro no estacionamento fora do horário permitido; porém, comenta que não se pode eximir a responsabilidade da população, que continua andando nas ruas sem máscara, se aglomerando, desrespeitando os decretos e desacreditando nas vacinas, o que faz com que os índices de contaminação aumentem mais. Segue destacando que nenhum vereador deixou de discordar do recadastramento e dessa nova taxa de IPTU, inclusive menciona que alguns colegas entraram com pedido de isenção, de revogação e do fim da cobrança de taxa de lixo de terrenos baldios. Frisa que os vereadores só podem reivindicar e pedir informação, como fez ao perguntar à Prefeitura quais foram os documentos desse recadastramento, se isso está em algum site, qual foi o cronograma de trabalho, se foi informado que os recadastradores iriam às casas dos munícipes, se eles tinham crachás, qual era o questionário e quem o fez. Indaga como o munícipe ia saber que alguém iria a sua casa para fazer o recadastramento. Salienta que alguns munícipes que solicitaram a revisão pediram também a foto tirada pelo avião e viram que ela estava toda torta, ou seja, tiraram fotos só de parte da casa. Pergunta que programa é esse e qual foi a base de cálculo para criar, por exemplo, a mudança do padrão C para o B, se ninguém entrou na casa. Portanto, ressalta que é preciso apurar isso, inclusive considera a audiência pública um caminho legislativo legal. Pergunta se os apoiadores de Jair Messias Bolsonaro concordariam com uma CPI, que é uma comissão parlamentar de inquérito, que, em nível federal, pode provocar o impeachment do presidente, caso seja comprovado algo que determine improbidade. Questiona se a gasolina e a carne vão diminuir de preço e se toda a população será vacinada, se tirarem o presidente da República do poder. Deixa claro que não tem como voltar atrás depois dessas “cagadas” que o presidente fez ou permitiu que elas fossem feitas, mas indaga se o impeachment resolveria o problema do País. Então, diz que o mesmo se aplica ao caso do IPTU de Cachoeiro. Enfatiza que uma CEI é um ato político que coloca em evidência o Poder Executivo Municipal. Pergunta se os vereadores querem resolver o problema do IPTU ou fazer o impeachment do Prefeito Victor Coelho. Indaga se, com o impeachment do prefeito, o valor do IPTU vai abaixar ou tudo isso é apenas uma movimentação de grupos políticos que querem aproveitar o momento para pensar nas próximas eleições. Diz esperar que os trâmites sejam cumpridos, pois pode ser feita uma audiência pública e, se for preciso, até pedir uma auditoria. Acrescenta que, se realmente for necessário, aí sim deve ser feita uma CEI, comissão especial, mas tudo dentro da tramitação legal, já que isso não pode virar um ato político. Enfatiza que ato político não vai devolver os carnês de IPTU de antes, pois, para isso, seria preciso um ato do prefeito, repensando a situação e enviando um projeto para o Legislativo Municipal. Lembra que o secretário esteve na Câmara e disse que o Município cumpriu a determinação do acórdão do Tribunal de Contas; porém, frisa que o Município não cumpriu, já que parte desse acórdão dizia que era preciso dar publicidade e fazer o parcelamento escalonado, o que não



aconteceu. Repete que o Município não cumpriu a determinação do TC e que, então, poderia ser proposta uma lei suspendendo isso e também pedindo que seja feito um novo recadastramento, com o projeto aprovado na Câmara no ano passado, no apagar das luzes, sem debate e sem audiência pública, sendo empurrado como limpeza de pauta. Questiona por que não fazer um novo recadastramento sem ônus para a população, aproveitando que esse foi feito de qualquer jeito. Indaga por que não fazer com esse dinheiro um recadastramento digno, justo, transparente e em cima da lei da Planta Genérica, ou seja, escalonando o pagamento para chegar a 100% até 2025. Deixa claro que a Câmara votou isso, e não aumento de 1000%, de 2000% agora para, no ano que vem, haver outro reajuste em cima da nova Planta Genérica. Registra que isso foi feito errado, com má-fé do Poder Executivo Municipal, sendo um ato político. Pergunta se, agora, a Câmara vai substituir um ato político por outro, para “jogar para a galera” de novo. Então, solicita ao presidente que inclua na pauta de hoje o projeto que trata da comissão para apurar o aumento do IPTU. Inclusive pede aos vereadores que apoiem essa proposta para que o Poder Legislativo possa fazer o que lhe cabe, que é apurar e fiscalizar. Comenta que, se o Poder Executivo não der as respostas aos pedidos de informação, os vereadores poderão solicitar uma auditoria e até de uma CEI, mas, agora, acha que é preciso seguir um curso legislativo, fazendo os processos investigativos para deixar transparente para a sociedade civil e as instituições tudo o que aconteceu em Cachoeiro. Por fim, convida os vereadores para participarem da audiência pública que será realizada na Câmara, na sexta-feira, às 14:00 horas, a qual também será transmitida pelo YouTube. / **Delandi Pereira Macedo:** — Diz que a sociedade cachoeirense acredita no trabalho dos vereadores, embora saiba que algumas pessoas os avaliam mal. Registra que é preciso respeitar e ter sensibilidade para com as pessoas. Concorde com o Vereador Maitan quanto a Câmara convocar o secretário de Obras, já que os projetos estão prontos desde a gestão anterior. Informa que a obra no Bairro Rubem Braga está parada há muito tempo e pergunta se não deram sequência à mesma por falta de orçamento. Ressalta que o presidente da República, no ano passado, em plena pandemia, destinou recursos para os Municípios. Inclusive comenta que o secretário Municipal de Saúde disse, na reunião da Comissão do Covid, que nunca tinha visto tanto dinheiro vindo do Governo Federal para enfrentar a pandemia. Deixa claro que mais de 70 bilhões de reais foram encaminhados para os Estados e Municípios. Portanto, salienta que o Município tem recurso e indaga por que não estão dando sequência às obras. Questiona por que a obra do Bairro Gilson Carone continua parada e ele mesmo responde que deve ser porque aqueles moradores são de baixa renda. Frisa que o Município continua tendo arrecadação, sem contar que os convênios estão sendo trabalhados. Destaca que várias coisas precisam ser feitas em Cachoeiro, mesmo neste momento de pandemia sem precedente, que provocou muitas mortes, como a do amigo Silvinho Coelho. Inclusive parabeniza o Chupeta por estar sempre atento às aflições do povo, tendo conquistado, agora, o mandato, apesar de ser num momento de agrura. Enfatiza que não está na Câmara para defender o Prefeito Victor Coelho, mas sabe que a vontade dele é fazer o melhor pela população, e não viver este momento difícil, com os órgãos externos o pressionando para que seja ajustada a máquina administrativa. Avalia que, talvez, o erro tenha sido a forma como isso foi aplicado, pois deveria ter sido escalonado. Conta que recebeu a informação de que uma pessoa pagava pouco mais de 200 reais de IPTU e, agora, o valor foi para quase 1 mil e 200 reais, o que reconhece que faz diferença no orçamento de qualquer um. Diz esperar que os vereadores consigam achar um caminho melhor para o povo. / **Evandro Miranda:** — Registra que também não é a favor desse aumento exorbitante de IPTU e que acredita que houve erro da parte da empresa quanto à medição. Inclusive conta que algumas pessoas pediram a revisão, e a secretaria voltaram com o IPTU ao valor normal. Então, informa que os vereadores estão pedindo ao prefeito que faça essa revisão com carinho, porque o povo clama por cuidado. Concorde com o Vereador Diogo de que há pessoas querendo



fazer política em cima do IPTU, enquanto o momento deveria ser de tentar resolver o problema da população. Frisa que os vereadores estão pagando um preço alto por isso, mesmo sem saberem o que aconteceu lá atrás. Diz ter certeza de que houve falha de comunicação, pois o Município deveria ter agido como a EDP e a BRK, que mandam carta para a casa das pessoas, informando-as que daí a quinze dias será interrompido o fornecimento de água ou de luz em determinado bairro. Destaca que a Prefeitura deveria ter avisado a cada imóvel inscrito que haveria essa revisão, para que as pessoas ficassem cientes do que estava acontecendo. Diz esperar que essa revisão do cadastramento seja sem ônus para o Município, pois, se a empresa errou, ela tem que reparar seu erro. Pede às pessoas que parem de fazer política em cima disso e cuidem com carinho da população. Conta que, hoje, soube que um funcionário público, que está trabalhando em home office por causa da idade e da pandemia, estava indo para as ruas fazer política, entregando de casa em casa uns papéis de cadastramento que foram pegos na Secretaria de Fazenda. Inclusive salienta que o prefeito deveria chamar a atenção desse funcionário ou tomar outra atitude. Ressalta que, quando as pessoas perguntavam a esse funcionário se aquele papel iria resolver o problema, ele jogava para a Câmara de Vereadores, fazendo política antecipada. Então, diz que vai desmascará-lo e chamá-lo de mentiroso, pois está fazendo uma política covarde num momento triste que a população está passando por causa desse aumento. Menciona que esse funcionário deveria tentar ajudar, mas prefere ir de casa em casa dizendo que vai ser o salvador da pátria. Deixa claro que os vereadores estão lutando pela população, tentando amenizar a dor dela. Considera uma vergonha essa pessoa, que já esteve na Câmara Municipal, querer fazer política em cima disso, o que demonstra que ela só aprendeu a fazer a política mentirosa, de disse-me-disse. Enfatiza que está ao lado do povo e que vai tentar ajudá-lo, tendo fé de que esse problema será resolvido. /

Marcelo Fávero de Oliveira: — Primeiramente, registra que vai contar um caso envolvendo um setor de saúde que é de responsabilidade do Governo do Estado, e, na região de Cachoeiro, do Superintendente Regional, Sr. José Maria Justo. Inclusive diz que, em homenagem ao Sr. José Maria, vai falar sobre um casal, que receberá o nome de José e de Maria. Informa que esse casal tinha o sonho de ter filhos, e a Maria engravidou, mas, infelizmente, depois de nove meses de gestação, ela só teve em seus braços o filho já falecido. Menciona que o casal viveu o luto do momento, mas não desistiu de seu sonho; assim, a Maria engravidou novamente, mas, aos dois meses e meio de gestação, ela teve um aborto. Então, destaca que o José e a Maria começaram a fazer exames e consultas e perceberam que precisavam do atendimento de um profissional com maior gabarito, embora o plano de saúde da empresa onde José trabalhava só cobrisse parte dos procedimentos. Ressalta que o hematologista diagnosticou, no quarto ou quinto mês da terceira gestação de Maria, que ela tinha trombofilia e precisava de uma injeção chamada Enoxaparina, que é cedida pelo Estado, através da Superintendência Regional de Saúde, cujo gestor é o Sr. José Maria Justo. Salienta que esse casal levou o laudo do hematologista a um médico particular, o qual confirmou que a Maria tinha uma doença gestacional chamada trombofilia. Assim, conta que ela, com esse laudo, deu entrada na farmácia da superintendência para conseguir a injeção, que precisa ser diária até o final da gestação e, depois que tiver o bebê, tem de tomá-la por mais três meses; porém, o seu pedido foi negado. Comenta que ele e o Vereador Léo Camargo tomaram conhecimento do caso e procuraram o superintendente, que mandou que dessem entrada no pedido novamente. Lembra que o Sr. José Maria Justo disse que era apaixonado pelo SUS; entretanto, avalia que ele não é apaixonado “porcaria” nenhuma, já que as pessoas têm seus direitos violados quando procuram o Centro de Referência de Especialidades, o que prova que o Sistema Único de Saúde não está funcionando. Destaca que foi pessoalmente dar entrada nesse pedido, e mais uma vez ele foi negado. Enfatiza que o laudo do hematologista dizendo que a gestante foi diagnosticada com trombofilia e precisava de uma injeção diária de Enoxaparina não basta para a farmácia da



superintendência. Comenta que arrumaram uma portaria, a qual acha que deve ter vindo do quinto dos infernos, já que, quando se tira o direito de uma paciente, isso não pode ter vindo do reino dos céus. Reflete que, quando fizeram essa portaria para tirar direito das pessoas, assinaram o projeto do próprio cão. Deixa claro que, enquanto o tempo passa, esse casal corre o risco de perder pela terceira vez o sonho de ter um filho. Informa que quem está fazendo o trabalho do Estado nesse caso, já que o médico pediu urgência, é a Cáritas Diocesana, as comunidades católicas e o povo de boa vontade. Por isso, classifica o Sr. José Maria Justo, que de justo só tem o nome, como um péssimo gestor, já que tem tirado o direito das pessoas. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Conta que, quando se casou, sua esposa também perdeu dois bebês e, hoje, eles têm três filhos. Coloca-se à disposição do Vereador Marcelo para irem amanhã ao Ministério Público pedir que a Superintendência Regional de Saúde seja acionada para que esse casal possa ter acesso à injeção o mais rápido possível. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Agradece ao presidente e diz que o Vereador Léo também entrou com ação, através da assessoria jurídica. Lamenta que para a pessoa ter o seu direito garantido tenha que entrar na justiça. Diz à população que isso se resolve com o voto, pois esse sujeito só está administrando a Superintendência e tirando o direito das pessoas, porque o governador e o secretário Estadual de Saúde o colocaram lá. Conta que em grupos de WhatsApp as pessoas só querem conversar sobre cervejada, mulherada e futebol, mas não sobre política. Então, “parabeniza” as pessoas que não querem discutir política, já que é por causa delas que a população padece desse mal, pois elegem gente que tira os direitos de sobrevivência dos outros, massacra os mais pobres e ainda tem a cara de pau de dizer que é apaixonado pelo SUS. Frisa que, a seu ver, o Sr. José Maria Justo é apaixonado pelo SUS em outro planeta. / Dando continuidade à sessão, passou-se ao **Horário das Lideranças.** / **Allan Albert Lourenço Ferreira (PODE):** — Fala sobre a campanha “Compartilhe Amor”, que visa arrecadar alimentos em Cachoeiro para serem destinados ao Banco de Alimentos e, de lá, levados aos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social. Ressalta que a eminente Secretária Márcia Fonseca não está aparecendo muito nessas arrecadações, enquanto que outras secretarias estão acompanhando de perto esse bonito trabalho, que está atendendo a muitas famílias. Reconhece que há muitas pessoas precisando de ajuda até por conta do desemprego, mas pede que esse trabalho não tenha vínculo político. Parabeniza o Presidente Brás, que acompanhou a visita do secretário de Agricultura e da secretária de Esporte ao Bairro Vila Rica. Diz que gostaria de receber esses secretários também no Bairro São Francisco, principalmente na rua onde mora, que é a Valdecir Savignon, a qual, quando chove, nem tatu com corrente consegue passar. Registra que não sabe a quem pedir para ser atendido, visto que há uma secretária que é onipotente, onisciente e onipresente. Frisa que será um prazer para ele poder usar a tribuna da Câmara para agradecer a essa e a outros secretários. Conta que cinco manilhas precisam ser trocadas na citada via, onde já tombaram dois caminhões, visto que, quando chove, a água que desce da torre da comunidade do Zumbi para o Bairro São Francisco invade a rua que não é calçada. Acrescenta que há ainda uma nascente que invade uma rua asfaltada, a qual fica com muito lodo. Informa que está sempre pedindo esse atendimento, mas não consegue que o problema seja resolvido, enquanto vê secretário indo ao Bairro Gilson Carone e andando com um e com outro. Saliencia que os vereadores fazem centenas de indicações, mas, para serem atendidos, parece que têm que ficar ao lado de alguns secretários. Então, avisa que também pode tirar foto ao lado de secretário ou de secretária para que a sua comunidade seja atendida. Deixa claro que não pode reclamar do Subsecretário Joãozinho, da SEMMAT, que tenta ajudar a comunidade em tudo o que está ao alcance dele. Menciona que é preciso atender aos munícipes que pagam impostos, mas percebe que preferem fazer politicagem fora do tempo, já que a eleição será em 2022. Enfatiza que todos os dezenove vereadores devem ser atendidos com equidade, coerência e transparência. / A seguir, teve início a **Ordem do Dia.** / **Brás Zagotto (Presidente)**

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



— Faz um agradecimento especial à Rádio Mania, através do Caetano e do Hermogênio Volpato, à Folha do Espírito Santo e a toda a imprensa que está acompanhando a sessão. Agradece também aos familiares do saudoso Silvinho Coelho por terem comparecido à sessão para assistirem à homenagem feita ao vereador. / **Delandi Pereira Macedo:** — Agradece aos funcionários da UBS do Bairro Otton Marins, onde, na segunda-feira, tomou a vacina contra o Covid-19. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Informa que, mais uma vez, o secretário de Manutenção marcou uma agenda com ele e faltou para poder acompanhar a Secretária de Esporte, a Sra. Lílian. Diante disso, registra a sua indignação com o Secretário Vander, que mostrou novamente seu desrespeito para com um vereador que foi eleito democraticamente. / Logo após, foi acatado pelo Presidente Brás Zagotto o pedido do Vereador Ely Escarpini para que os requerimentos e os projetos de decreto legislativo fossem apreciados em bloco. / Na sequência, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: 87/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior** (Requer que a Exma. Sra. Cristina Lens Bastos, Secretária Municipal de Educação, lhe informe se foi adotado o método de alfabetização do Secretário do Ministério da Educação, Sr. Carlos Nadalin. Caso contrário, indaga qual seria o método escolhido pelo Município), **91/2021 – Evandro Miranda** (Requer que o Exmo. Sr. Márcio Correia Guedes, Secretário Municipal de Fazenda, lhe informe se o Bairro Rubem Braga foi instituído e se existe oficialmente no cadastro imobiliário de bairros do Município de Cachoeiro de Itapemirim; se positivo e sendo possível, requer a emissão de certidão nesse sentido e posterior envio desta ao gabinete do signatário); **92/2021 – Evandro Miranda** (Requer que a Exma. Sra. Márcia Cristina Fonseca Bezerra, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, lhe informe se o Bairro Rubem Braga é considerado de vulnerabilidade social; se for e sendo possível, requer a emissão de certidão comprobatória dessa situação e posterior envio desta ao gabinete do signatário); *Enviando Votos de Congratulação:* 154, 155, 156, 157, 158 e 159/2021 – Delandi Pereira Macedo; 150, 151 e 153/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 152/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; **Projetos de Decreto Legislativo: concedendo Comenda Angélica Francisca Calazans Turini:** 116/2021 – Alexandre Andreza Macedo (À Natalina Rosa Costa da Silva) e 115/2021 – Evandro Miranda (À Sirley Vieira Teixeira da Costa); *concedendo Comenda Consagração Comunitária:* 117/2021 – Alexandre Andreza Macedo (À Tatiane da Silva Dario) e 114/2021 – Evandro Miranda (À Vera Lúcia do Carmo Jorge). / Na sequência, foi colocado **em discussão o Projeto de Resolução 05/2021 – Mesa Diretora** (Cria Comissão Especial para acompanhamento de estudos técnicos do reajuste do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, e dá outras providências). / **Diogo Pereira Lube:** — Ressalta que, diante da sessão de hoje, ficou claro que os vereadores concordam que é preciso apurar as irregularidades dessa discrepância que envolve o IPTU. Lembra que, na última sessão, pediu que fosse criada uma comissão, e a Mesa Diretora, na figura do presidente, propôs o projeto. Considera pertinente os vereadores começarem a fazer as apurações legais, visto que foram apresentados os pedidos de informação referentes a documentos e haverá uma audiência pública na próxima sexta-feira. Inclusive registra que gostaria de presidir essa comissão especial para que possam de fato dar início aos trâmites de averiguação e fiscalização que cabem à Câmara Municipal. Diz achar que todos os vereadores têm propriedade para comporem essa comissão e mostrar para o povo que a Câmara vai cumprir o papel dela e dar transparência a todos os atos, o que, infelizmente, o Poder Executivo Municipal não fez./ Posto em votação, **o Projeto de Resolução 05/2021**, acima descrito, **foi aprovado** por unanimidade dos presentes. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que serão escolhidos três membros efetivos e três suplentes para comporem essa comissão. Como o Vereador Diogo Lube já pediu para fazer parte dela, indica o colega Paulinho Careca para também assumir um cargo na citada comissão. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Diz que gostaria de participar dessa comissão, já que não faz parte de



nenhuma outra. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que a Comissão Especial para acompanhamento de estudos técnicos do reajuste do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – ficou assim definida: Presidente – Diogo Pereira Lube (Suplente – Alexandre Andreza Macedo), Relator – Paulo Sérgio de Almeida (Suplente – Sandro Dellabella Ferreira) e Membro – Allan Albert Lourenço Ferreira (Suplente – Evandro Miranda). / **Diogo Pereira Lube:** — Diz que é muito importante que o Vereador Paulinho Careca seja o relator dessa comissão, já que ele tem um maior conhecimento nessa área de IPTU. Comenta que, talvez, o papel do relator seja até mais importante do que o do presidente e o do membro, principalmente diante do conhecimento de causa que o colega tem. Registra que, depois, irá conversar com o grupo para marcarem uma reunião, pois é preciso mostrar para a sociedade que os vereadores não estão na Câmara para brincadeira. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que o Vereador Delandi pediu para sair da presidência da Comissão do Covid, pois, no momento, está muito atarefado por conta da saúde de sua esposa. Então, indica o Vereador Marcelo Fávero de Oliveira para assumir a vaga de presidente da Comissão do Covid. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, lavrada e assinada por Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Redatora de Atas. _____